

RELATO DE EXPERIÊNCIA

COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES E AGROEXTRATIVISTAS GRANDE SERTÃO

ÁLVARO ALVES CARRARA *

*“Nos dias de hoje, na boca de quem manda
o trabalho de quem faz pode ser sempre participante,
é importante rever o que significa participar,
na hora de fazer” (Brandão, 1999)*

1. INTRODUÇÃO

A Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão tem suas origens a partir do trabalho desenvolvido pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) e tem este como seu principal parceiro, além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), entre outros. Uma das finalidades do trabalho desenvolvido pelo CAA/NM é contribuir para a construção de uma proposta de desenvolvimento regional sustentável, protagonizada por agricultores, buscar demonstrar o desafio de conceber e ter a agricultura e o extrativismo como atividades que não utilizem somente a racionalidade econômica, mas também outras racionalidades, a exemplo da ambiental e da humana, mostrando que existem outros critérios de relações humanas além do econômico, compatíveis com a cultura da população local e capazes de articular elementos suficientes para se ajustar às condições econômicas globais, sem perder de vista sua identidade.

Até a década de 1970, os agroecossistemas predominantes da agricultura sertaneja eram baseados em sistemas produtivos diversificados, dedicados à produção de fibras, criação de animais e alimentos básicos destinados ao auto-sustento familiar, associados com o extrativismo nos ambientes de Cerrado. Nas décadas de 1970 e 1980, programas governamentais dirigidos à agricultura familiar estimularam a modernização com a introdução de novas variedades geneticamente uniformes de algodão, milho e feijão, mecanização intensiva, uso de insumos químicos e ruptura das formas tradicionais de manejo e das relações sócio-ambientais e econômicas estabelecidas num processo de co-evolução entre homem e ambiente. Conforme Carlos Porto-Gonçalves (2000: 23),

o regime alimentar, tecido ao longo dos séculos pelos Geraizeiros, pelos Caatingueiros, pelos Vazanteiros, é o resultado do modo como essas populações se apropriaram das diferentes condições naturais que a região oferecia, seus brejos/várzeas, suas encostas, suas Chapadas, seus Cerrados, suas matas secas, suas Caatingas, ensejando seus sistemas agrícolas

Os sistemas diversificados tradicionais cederam lugar aos modernos sistemas homogêneos, associados com o desmatamento generalizado da vegetação

nativa e/ou sua transformação em pastagens, monocultura (de eucalipto, algodão etc.), carvoejamento e mega-projetos de irrigação. A agricultura modernizada tornou-se hegemônica, mas o Norte de Minas Gerais ainda se configura como uma das grandes regiões de agricultura diversificada (agroextrativismo sertanejo, agricultura camponesa, agricultura familiar e agricultura tradicional), sendo aquela onde se encontra o maior aglomerado de agricultura familiar de Minas Gerais. De acordo com o **Censo Agropecuário 1995-1996**, o Norte de Minas Gerais possui o maior percentual de participação (80%) do pessoal ocupado pela agricultura familiar por macrorregião.

Com as terras degradadas, a vegetação nativa suprimida, os córregos e rios assoreados e secos, os solos contaminados e as estratégias tradicionais de segurança alimentar desestruturadas, a consequência imediata foi o empobrecimento das famílias de agricultores no Norte mineiro, que buscaram novas estratégias de sobrevivência tais como a migração definitiva ou a migração sazonal para trabalhar como bóias frias em outras regiões. A renda das comunidades passou a depender em grande parte das aposentadorias percebidas pelos idosos e dos benefícios sociais provenientes do Estado, conforme Barbosa (2003) constata ao tratar do duplo papel da Previdência Social Rural:

As aposentadorias e pensões oriundas do processo de universalização da Previdência Social Rural têm se constituído no principal recurso que circula na economia dos pequenos municípios, sobretudo naqueles onde a base da economia é a agropecuária, tendo, por conseguinte, um número expressivo de beneficiários da Previdência Rural

Neste contexto tornou-se imprescindível estimular atividades que gerassem renda para as famílias de agricultores empobrecidas pelo processo de modernização. Esta situação levou o CAA/NM a estabelecer uma estratégia de intervenção voltada para a articulação de um programa de beneficiamento e comercialização, tendo como eixo a participação dos agricultores e a busca de alternativas inovadoras para a geração de renda e o fortalecimento da economia local. A partir desta demanda é deflagrado o processo que deu origem à Cooperativa Grande Sertão, propondo dinamizar sistemas tradicionais diversificados associados com propostas técnicas, econômicas e organizativas baseadas numa produção agroecológica com menor dependência do mercado e/ou que estimulasse a dinamização da economia local como contraponto aos fluxos econômicos que privilegiam exclusivamente os centros urbanos industriais e o agronegócio.

A possibilidade de gerar renda e, ao mesmo tempo, conservar e restaurar os ecossistemas locais motivou o CAA/NM a elaborar o projeto de criação de uma unidade de beneficiamento para produção de polpa integral de frutas. Através do apoio do Programa de Financiamento de Pequenos Projetos (PPP), com recursos do Global Environment Facility (GEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passou-se a implementar esta unidade de processamento entre 1996 e 1997.

2. PROCESSO ORGANIZATIVO

Podemos dividir a história da Cooperativa Grande Sertão em três fases: a inicial, de instalação da unidade de beneficiamento, produção e comercialização em caráter experimental, apropriação da tecnologia de transformação das frutas nativas, articulação dos grupos de agricultores e desenho do formato organizativo e jurídico; a segunda, que consistiu na ampliação da produção, no refinamento e na adequação da tecnologia, na criação da micro-empresa solidária, da idealização da marca como símbolo do agroextrativismo no Norte de Minas Gerais e na ampliação do mercado consumidor e, por fim, a terceira, marcada pela busca da consolidação e sustentabilidade econômica e gerencial do empreendimento, pela ampliação do quadro de sócios, pela articulação em rede com outras organizações e pela qualificação das estratégias de marketing e diversificação dos produtos.

O empreendimento Grande Sertão visa instrumentalizar os agricultores a atingir com novos produtos (polpa de fruta) e com os produtos tradicionalmente produzidos por eles (mel, açúcar mascavo, óleo de pequi, rapadura) os mercados regional, estadual, nacional e até mesmo internacional. Pretende, ainda, valorizar os produtos, o trabalho e a cultura dos povos do Cerrado e Caatinga norte-mineiros, mudando assim o olhar sob estes dois ecossistemas que, para o resto do Brasil, para o poder público e muitas vezes para seus próprios habitantes é considerado pobre e improdutivo.

A grande diversidade e quantidade de frutas nativas existentes na região, a tradição das populações locais na coleta e comercialização destas frutas nos mercados locais e regionais e a grande potencialidade apontada pelo mercado de frutas e seus derivados motivaram a implementação inicial do beneficiamento de frutas nativas e cultivadas para a produção de polpas, no intuito desta atividade servir como alavanca, o “carro chefe”, para o processo de comercialização de outros produtos da agricultura familiar. Esta primeira fase foi marcada pelos esforços de construção da planta processadora de frutas, instalação de maquinários e equipamentos, apropriação da tecnologia de processamento e organização dos primeiros grupos de agricultores para o fornecimento da matéria-prima. A participação do corpo técnico do CAA/NM foi importante na estruturação física e na apropriação tecnológica do processo de produção de polpa, até então desconhecida pelos agricultores.

Os agricultores atuaram na mobilização e organização dos grupos locais para a coleta e fornecimento da matéria-prima, divulgando em suas localidades e comunidades vizinhas o projeto de produção de polpa, os princípios e objetivos do trabalho, as condições de funcionamento do empreendimento, as normas e procedimentos para a coleta das frutas e a organização da carga e agendamento do transporte junto à unidade de beneficiamento. Animando e organizando o processo em seus municípios, a atuação destes agricultores nesta fase foi de fundamental importância para alavancar o empreendimento, sobretudo num momento em que os recursos financeiros disponíveis foram suficientes apenas para a instalação da unidade de beneficiamento (infra-estrutura e maquinários). Não havia capital de giro para a aquisição das frutas e, neste sentido, a participação dos agricultores em suas regiões foi o elemento chave para colocar a fábrica em funcionamento.

Com base na confiança e apostando no sucesso do empreendimento, diversos grupos de agricultores forneceram as frutas para o processamento, aguardando o retorno das vendas para a realização do pagamento da matéria-prima. Muitas vezes estes pagamentos ocorreram entre seis meses e um ano após a entrega da matéria-prima, demora que dificultava a ação dos agricultores-mobilizadores, obrigados a lidar com a insatisfação de muitos outros agricultores-fornecedores. Muitas das vezes, os próprios mobilizadores chegaram a utilizar seus próprios recursos monetários para quitar o pagamento junto aos agricultores que forneciam as frutas e necessitavam deste recurso para sua própria manutenção e de suas famílias.

No primeiro ano de funcionamento, ainda numa fase experimental, a unidade de beneficiamento de frutas produziu em torno de 1,5 tonelada de polpa de frutas. No entanto, outros desafios estavam por vir: a colocação desta primeira produção de polpa no mercado local foi marcada, além do desafio da inserção do produto em meio a outros grandes fornecedores, da falta de embalagem adequadamente rotulada para o produto e de transporte para a distribuição, além da dificuldade no que diz respeito à personalidade jurídica do empreendimento, até então sob a guarda do CAA/NM que, pela sua própria condição de associação sem fins lucrativos, estava impedida de comercializar e emitir notas fiscais demandadas pelos clientes.

Inicia-se aí uma segunda fase, assinalada por uma série de estudos, encontros e seminários na tentativa de solucionar o impasse da personalidade jurídica, seja pela impossibilidade de comercialização via associação, seja pelo fato de um possível risco e comprometimento das atividades daquela entidade perante a legislação vigente. Assim, outras duas possibilidades estavam em discussão: a criação de uma micro-empresa ou de uma cooperativa. Os estudos realizados elencaram as vantagens e desvantagens existentes para ambas. As experiências mal sucedidas do cooperativismo na região pautavam as preocupações dos agricultores quanto à alternativa desta personalidade jurídica para o empreendimento, além da avaliação realizada pelos próprios agricultores que participavam até então do projeto quanto ao número ainda reduzido de agricultores envolvidos diretamente, com clareza dos objetivos, dos princípios e perspectivas do projeto.

Deste modo, apesar de uma estrutura jurídica micro-empresarial não corresponder à forma de atuação e organização que vinha conformando o empreendimento, esta foi a opção feita pelos agricultores, em 1998, para abrigar o projeto de beneficiamento e comercialização. A micro-empresa Grande Sertão Produtos Alimentícios Ltda. surge já com a perspectiva do fortalecimento da formação e participação de novos agricultores e agricultoras para, num futuro próximo, consolidar uma outra personalidade jurídica que correspondesse aos anseios e pressupostos da organização. Mais uma vez, em meio a uma assembléia bastante acalorada, o capital social constituído pelos agricultores e acumulado pelo CAA/NM ao longo de sua existência toma frente e decide pela criação da micro-empresa, tendo como “sócios proprietários” quatro agricultores representantes das três microrregiões de atuação do projeto (microrregiões dos municípios de Porteirinha, Montes

Claros e Varzelândia), assumindo os mesmos o processo de transição para uma nova forma organizativa.

Esta decisão abriu caminho para a colocação dos produtos e ampliação dos clientes e consumidores, possibilitando a emissão de nota fiscal, que constituía um impedimento à comercialização junto a diversos estabelecimentos comerciais e, sobretudo, ao mercado institucional da merenda escolar na região, até aquele momento seu principal cliente. Nesta fase, o empreendimento já vinha aumentando a cada safra sua capacidade de produção (iniciada em 1997-1998 com 1,5 tonelada de polpa produzida), numa escala que era vital para o sucesso e consolidação de sua viabilidade e sustentabilidade econômicas.

À medida que o empreendimento foi se expandindo, crescia também a preocupação quanto à manutenção da estrutura jurídica micro-empresarial. Ao mesmo tempo em que o formato micro-empresarial não correspondia à forma organizativa estabelecida na prática, pesava também sobre os sócios da micro-empresa os riscos sobre seus próprios destinos no que se refere à condição de segurado especial conquistada pela classe trabalhadora rural perante a legislação previdenciária brasileira e os benefícios sociais daí advindos, o que podia tirá-los da condição de agricultor, enquadrando-os como micro-empresários e acarretando a perda dos direitos conquistados. Além disto, todo o empreendimento, a infra-estrutura construída, os equipamentos e a marca do produto, entre outros, pertenciam legalmente a apenas quatro pessoas.

Durante o período de 1998 a 2003 foram realizados diversos eventos de capacitação e formação de agricultores, através de cursos, seminários e intercâmbio para troca de experiências, o que possibilitou a ampliação do quadro de agricultores sensibilizados e comprometidos com o desenvolvimento do projeto quando comparado ao número de participantes à época da criação da micro-empresa. Diante das inquietações provocadas pelo fato do empreendimento ser uma micro-empresa, conforme exposto acima, e da formação de quadros de lideranças e agricultores animados e motivados com o progresso do projeto, o processo de criação da Cooperativa Grande Sertão e o encerramento da micro-empresa foram acelerados. Assim, em maio de 2003 foi criada a Cooperativa Grande Sertão, numa assembléia que reuniu trinta agricultores e agricultoras, lideranças expressivas de oito municípios do Norte de Minas Gerais.

Até a criação da micro-empresa, em 1998, e mesmo na sua fase inicial, o corpo técnico do CAA/NM desempenhou um papel preponderante na gestão e administração do empreendimento, que ia desde a organização da produção e transporte de matéria-prima até a unidade de beneficiamento de frutas, a coordenação do processo de beneficiamento e comercialização dos produtos, além da administração geral do mesmo. A partir da criação da Cooperativa, os próprios agricultores passam a assumir estas funções, ficando o quadro técnico mais envolvido no campo da assessoria e menos diretamente na administração. A assembléia de criação da Cooperativa Grande Sertão foi amplamente coordenada pelos agricultores, desde a sua organização,

mobilização dos participantes e a condução em si do evento, a partir do que passou a experimentar um salto de qualidade em diversos aspectos.

No campo organizativo, para que a Cooperativa pudesse dar conta de coordenar suas ações numa extensa região, ela subdividiu sua área de atuação em quatro territórios, tendo como critério as relações sociais existentes e a logística das atividades desenvolvidas. Para cada região foram identificadas lideranças (integrantes do quadro de sócios) responsáveis pela sensibilização, mobilização e informação entre o corpo diretivo e os agricultores. Esta forma de trabalho vem apontando para um novo modelo de organização do quadro social proposto pela Cooperativa Grande Sertão. Para alcançar uma situação na qual os agricultores se tornassem protagonistas na gestão do empreendimento, através do Conselho de Agricultores idealizado, formulou-se uma estratégia, conforme fragmento do documento da Cooperativa exposto a seguir:

Esta estratégia propõe dar vida a um processo de organização do quadro social de forma sistemática, permitindo que o núcleo de gestão do empreendimento não se distancie de suas bases, instituindo um arranjo metodológico capaz de construir outros espaços de participação, possibilitando o fortalecimento da gestão e a introdução de diversas temáticas, (...) em um movimento constante de educação e formação. Pretende-se que esta dinâmica organizativa reflita-se no organograma atual da cooperativa, colaborando efetivamente no processo de tomada de decisões (Cooperativa Grande Sertão, 2005)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar sobre os processos de participação desemboca conseqüentemente em debates sobre os caminhos que esses processos podem trilhar numa análise científica. A discussão sobre as dimensões que envolvem a participação significa mergulhar no debate social, político, ideológico e científico. Para a atualização deste debate, faz-se necessário vislumbrar que o mundo sofreu significativas mudanças desde as pioneiras análises sobre o processo participativo na década de 1970. Nos dias atuais, elas não podem se desvincular do contexto de radicalização das relações capitalistas e da revolução informacional.

Portanto, é justificada a necessidade da experiência concreta ser a principal referência para a discussão teórica sobre a participação. Dependendo da concepção de participação, esta pode trazer dentro de si uma armadilha que faria o sujeito participar de um mundo que não é o seu. Na experiência apresentada, os sujeitos possuem uma visão crítica em relação a esta possível armadilha, o que os torna aptos a fazer opções conscientes. Este talvez seja um ponto fundamental para a deflagração de um processo participativo baseado no que Pedro Demo (1984) chama de *autopromoção*. A participação pressupõe um projeto de mundo onde o sujeito se reconheça. Na experiência analisada os agricultores se reconhecem e, apesar de identificar a agricultura modernizada, capitalista ou o agronegócio como uma forma hegemônica,

demarcam e tentam ampliar seu espaço, buscando assegurar seu modo de vida.

Outro ponto fundante do processo de participação e acúmulo de capital social é a confiança e a reciprocidade. Ao tratar dos antecedentes teóricos e temáticos do enfoque do capital social em sua vertente antropológica, Toledo (2005) destaca que Marcel Mauss

identifica a reciprocidade como um princípio que rege as relações entre as pessoas no interior de sistemas sociais comunitários. Nestes sistemas sociais o intercâmbio não é mercantil, isto é, a compensação a um presente ou outra prestação social, embora seja obrigatória, não é baseada numa equivalência exata nem tampouco é imediata no tempo. Estes intercâmbios recíprocos vão criando amplas redes sociais que ultrapassam o âmbito familiar e possibilitam, por fim, o surgimento de variadas instituições no interior da comunidade

A Cooperativa Grande Sertão é composta por uma rede de pessoas que têm a confiança como patamar das relações. Isto pode ser exemplificado nas fases do processo organizativo: na primeira, quando os agricultores entregam suas frutas sem perspectiva do prazo do pagamento; na segunda, quando os quatro agricultores emprestam seus nomes para a criação da micro-empresa e, na mesma via, quando os demais agricultores confiam em deixar o patrimônio do empreendimento formalmente como propriedade particular de quatro pessoas.

O papel da assessoria é importante mas não pode ocupar o lugar dos sujeitos envolvidos na experiência. Aliás, o sucesso da assessoria deveria ser medido, também, pelo grau de autonomia dos grupos e de independência destes para com a assessoria. A intervenção da assessoria deve ser de tal modo que estimule a capacidade de reflexão e ação dos sujeitos em sua realidade local, sem que, para isto, venha a assumir um papel de encarregado ou protetor das ações desenvolvidas. De acordo com Paulo Freire e Adriano Nogueira (1989), o papel do mediador ou educador será o de “*dar força e jeito para que esses grupos populares transformem de fato o dia de amanhã*”.

A experiência da Cooperativa Grande Sertão em relação à assessoria técnico-política, buscou seguir essa diretriz e os agricultores foram se apropriando da tecnologia, da negociação política dos projetos e dominando a gestão do empreendimento, ocupando o espaço que de fato deve ser ocupado por eles. Apesar da política que objetiva a descentralização, a Cooperativa ainda é centralizada em Montes Claros (MG), o que faz com que as lideranças envolvidas diretamente na gestão tenham que investir a maioria do seu tempo fora do seu local de origem, de suas propriedades rurais, muitas vezes se deslocando para o trabalho burocrático, o que pode acarretar um certo enfraquecimento da ação local destas lideranças.

O processo participativo e a formação de capital social não acontecem de uma hora para outra. Talvez este seja o grande empecilho para o sucesso das ações pautadas nestas perspectivas participativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, R. S. “Seguro social e “seguro agrícola”: o duplo papel da Previdência Social Rural”. **Unimontes Científica**, 5 (1). Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), 2003.
- Brandão, Carlos Rodrigues. “A participação da pesquisa no trabalho popular”. In **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- Cooperativa Grande Sertão. **Uma ação em rede entre agricultores sertanejos nos Cerrados dos Gerais de Minas**. Montes Claros, 2005.
- Demo, Pedro. **Riscos e desafios de processos participativos**. Brasília, 1984. (mimeo)
- Freire, Paulo e Nogueira, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis, Vozes, 1989.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. “As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas”. In Luz de Oliveira, Cláudia e Dayrell, Carlos Alberto (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM); Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, p. 19-46.
- Toledo, F. C. “Capital social, desenvolvimento e redução da pobreza: elementos para um debate multidisciplinar”. In **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

* *Álvaro Alves Carrara é engenheiro florestal, mestrando em Desenvolvimento Sustentável (Universidade de Brasília/UnB) e técnico do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM). [carrara3@uai.com.br]*